

Alguma coisa está fora da ordem: o estado da democracia contemporânea

Marcus Paulo Lisboa Barbosa¹

 <https://orcid.org/0000-0001-5293-2975>

Resumo

Este artigo pretende analisar o estado da democracia contemporânea. Para tanto, dedica-se, inicialmente, a uma breve discussão conceitual sobre democracia e regimes políticos de autoritarismo competitivo. No passo seguinte, utiliza-se das três dimensões da consolidação democrática propostas por Linz e Stepan (1996) — constitucional, comportamental e atitudinal — para analisar dinâmicas atuais. Posteriormente, aborda o caráter não linear da crise democrática e percorre possibilidades de contenção do problema. No fim, conclui que há motivos para preocupação geral, embora os impactos da crise sejam diferentes, a depender do grau de consolidação democrática do regime.

Palavras-chave: Democracia; Autoritarismo Competitivo; Retrocesso Democrático.

Abstract

Something is out of order: the state of the contemporary democracy

This article intends to analyze the state of the contemporary democracy. For that purpose, the article first presents a brief conceptual discussion on democracy and political regimes of competitive authoritarianism. Next, the article uses the three dimensions of democratic consolidation proposed by Linz and Stepan (1996) — constitutional, behavioral, and attitudinal — to analyze its current dynamics. Then the text addresses the non-linear feature of democratic crisis and looks at possibilities for containing the problem. The article concludes that there are reasons for general concern, although the crisis' impacts are different depending on the regime's degree of democratic consolidation.

Keywords: Democracy; Competitive Authoritarianism; Democratic backsliding.

Resumen

Algo está fuera de orden: el estado de la democracia contemporánea

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais — FAPEMIG — e graduado em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Este artículo tiene la intención de analizar el estado de la democracia contemporánea. Para ello, el artículo empieza por una breve discusión conceptual acerca de la democracia e dos regímenes de autoritarismo competitivo. En el siguiente paso, el artículo usa las tres dimensiones de consolidación democrática propuestas por Linz y Stepan (1996) — constitucional, conductual y actitudinal — para analizar sus actuales dinámicas. Posteriormente, el texto mira la característica no lineal de la crisis democrática y las posibilidades de contener el problema. El artículo concluye que existen motivos de preocupación general, aunque los impactos de la crisis sean distintos dependiendo del grado de consolidación democrática del régimen político.

Palabras-clave: Democracia; autoritarismo competitivo; revés democrático.

1. Sobre democracias e zonas cinzentas

Não bastassem os dados negativos que se sucedem desde o começo da década passada, com mais países regredindo do que avançando em índices democráticos (CSAKY, 2020), “pela primeira vez, desde 2001, há mais autocracias do que democracias no mundo” (V-DEM, 2020, p. 4, tradução nossa). Ainda que as métricas diverjam sobre quais elementos considerar em relação ao funcionamento democrático, as conclusões convergem. A olhar pelo *Varieties of Democracy* (V-DEM, 2020), a democracia declinou em 26 países no último ano — enquanto 87 países ostentam democracias eleitorais, autocracias governam 92, correspondentes a 54% da população mundial. No contexto pandêmico, de acordo com a *Freedom House* (REPUCCI; SLIPOWITZ, 2020), 80 países apresentaram enfraquecimento da democracia e da proteção dos direitos civis, ao passo que apenas um avançou. A tendência recebe chancela de outros estudos. Com dados do *DeMax*, SOUSA PINTO (2020) aponta que os 107 países que reduziram seus patamares democráticos prevaleceram sobre os 67 que fortaleceram prerrogativas em 2019; na mesma linha, o *Democracy Index* da *The Economist* (2020) relata que o nível médio da democracia global registrou, no ano passado, os piores resultados desde 2006.

Diante do cenário desafiador, este artigo pretende apresentar algum nível de sistematicidade na análise da crise da democracia contemporânea. Para tanto, como fez Pippa Norris (2017), usará as três dimensões necessárias para a consolidação democrática propostas por Juan Linz e Alfred Stepan (1996), quais sejam: constitucional; comportamental; atitudinal. Considerando que uma democracia carece da presença simultânea de tais dimensões para sedimentar-se, a interpretação do processo de desconsolidação pode considerar o sentido inverso — a degradação progressiva dos itens.

Avaliar avanços e retrocessos em regimes democráticos, no entanto, exige definir quais características importam para uma matriz conceitual. Na trilha de livros escritos nos últimos anos sobre a crise democrática, Adam Przeworski (2019, p. 29) argumenta que a “democracia é um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover os governos de que não gostem”. Embora baseie seu conceito de democracia em uma

chave sufragista, Przeworski (2019) reconhece que outros elementos podem macular a competitividade das disputas, como desrespeito aos direitos civis, desigualdades intensas, repressão política e descrença institucional. Tais características, se não são capazes de definir sozinhas a existência de uma democracia, tendem a impactar a capacidade decisória dos cidadãos e, em última instância, a possibilidade de revezar governantes (PRZEWORSKI, 2019).

Ainda que a baliza conceitual oferecida por Przeworski ajude a direcionar os olhos sobre o que efetivamente importa na análise da democracia, ela não elimina a controvérsia. Diamond, estudioso da *recessão democrática* que ganha terreno desde 2006, alerta para a dificuldade de estabelecer respostas assertivas sobre a presença ou não de democracia em alguns lugares, uma vez que variáveis centrais ou subjacentes para a configuração democrática não se apresentam em termos binários, de presença ou ausência, mas ao longo de um gradiente que retrata condições dispostas em maior ou menor medida (DIAMOND, 2015).

Nesse cenário de zonas intermediárias, entre democracias e ditaduras, surgem alternativas conceituais. Mounk (2019) apresenta duas leituras possíveis: regimes de democracias iliberais e arranjos liberais antidemocráticos. As democracias iliberais conservam a soberania popular, permitindo que eleitores determinem seus governantes via voto. Entretanto, embora preservem a dimensão eleitoral, governos iliberais fazem pouco dos limites institucionais, com cerco constante aos mecanismos de freios e contrapesos e restrições aos direitos de minorias (MOUNK, 2019). Em outro quadrante, também cinzento, Mounk (2019) destaca o problema de regimes liberais antidemocráticos, nos quais a soberania popular perde esferas decisórias para órgãos de poder pouco porosos à participação, como autoridades monetárias e instituições supranacionais. Nesse contexto, direitos civis são respeitados, mas o núcleo democrático de transformação de vontades sociais em políticas públicas é limitado pelo desenho que minora a voz popular (MOUNK, 2019).

Conquanto sofisticadas, as definições de Mounk apresentam problemas. O liberalismo antidemocrático falha em apontar estresses à democracia. Tanto a inserção internacional quanto a adoção de modelos de administração monetária autônomos constituem decisões políticas que podem ser revertidas por meio dos mesmos

procedimentos democráticos que as trouxeram à vida. No trato das democracias iliberais — que, de fato, envolvem um desarranjo da funcionalidade democrática —, o problema é de ordem conceitual. No horizonte teórico que inspira a visão de Mounk, o da democracia liberal, democracia e liberalismo caminham juntos ou se negam mutuamente. A inexistência de um dissolve a continuidade do outro, de modo que a ideia de uma democracia iliberal capaz de estender-se temporalmente como regime de poder se aproxima do oxímoro (LEVITSKY; WAY, 2002).

A análise de regimes híbridos, salientada por Diamond (2015), encontra formulação em Levitsky e Way (2002; 2020). Cuidando de sistemas que não se completam como democracias estáveis nem como plenamente autoritários, os autores elaboram a ideia de regimes de *autoritarismo competitivo*, em que as vias eleitorais de acesso ao poder são mantidas, mas os governantes violam insistentemente preceitos democráticos anexos, a ponto de embaraçar a saúde constitucional do tabuleiro político (LEVITSKY; WAY, 2002). Embora remontem, em parte, à definição de democracias iliberais de Mounk, regimes de autoritarismo competitivo se caracterizam por sua natureza transicional. Diferentemente de arranjos ditatoriais, que negligenciam qualquer aparência democrática, o autoritarismo competitivo tem de conviver com graus de abertura à contestação — a qual, de tempos em tempos, coloca-o à prova. Tensões emergentes terminam por impor novo rumo, seja em direção à democracia, seja em direção ao fechamento completo do regime (LEVITSKY; WAY, 2002).

Os três níveis de regimes políticos — democracias, ditaduras² e autoritarismos competitivos — apontam gradações que permitem avaliar retrocessos. Waldner e Lust (2018, p. 95, tradução nossa) entendem retrocessos como “a deterioração de qualidades associadas com a democracia”. Se, conforme Przeworski (2019), as ameaças à democracia contemporânea residem sobretudo em escaladas autoritárias furtivas, e considerando que golpes militares não são mais o principal vetor de rupturas institucionais (RUNCIMAN, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), o campo de análise do

² As quais não serão discutidas conceitualmente neste artigo, que se restringe às democracias e aos regimes híbridos como pontos de partida para a análise.

retrocesso democrático deve observar tentativas de cerceamento envoltas em ambiguidades iniciais. Nesse sentido, Waldner e Lust (2018, p. 95, tradução nossa) alertam para “séries descontínuas de ações incrementais” capazes de minar gradualmente alicerces da democracia, sem removê-los de modo escancarado, dificultando “possíveis resistências, que variam caso a caso, mas costumam incluir os partidos de oposição, o sistema judicial e a mídia, bem como as ruas” (PRZEWORSKI, 2019, p. 201).

Uma vez que a democracia contemporânea tomba por ações incrementais, sem momento de ruptura evidente (RUNCIMAN, 2018; PRZEWORSKI, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), os caminhos que viabilizam seu desmoronamento são diversos: o populismo, entendido na modalidade ideacional³, que se dissemina ao redor mundo (MUDDE, 2004); a polarização que tanto fomenta impasses de governança (MCCOY; RAHMAN; SOMER, 2018) quanto estimula condescendência com políticos autoritários (SVOLIK, 2018); as mudanças no sistema de comunicação social com a ascensão da internet (MOUNK; 2019; FUKUYAMA, 2020); as consequências atitudinais que o modelo econômico globalizado produz em seus retardatários (INGLEHART; NORRIS, 2019; FUKUYAMA, 2020). Em suma, dinâmicas que se desenrolam em contextos nos quais os partidos, guardiões da mediação liberal (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), encontram-se em crescente descrédito (PRZEWORSKI, 2019).

A fim de analisar o quadro atual a partir dos pressupostos de Linz e Stepan (1996) — constitucional, comportamental e atitudinal —, o artigo tratará de dimensões constitucionais e comportamentais (com ênfase nas elites políticas) no próximo tópico, dada a ambiência recíproca que tais esferas assumiram no debate contemporâneo. Se,

³ Na abordagem ideacional de Cas Mudde (2004, p. 543, tradução nossa), o populismo é definido como “uma ideologia que considera a sociedade dividida, em última instância, em dois grupos homogêneos e antagonistas, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da vontade geral do povo”. Nesse sentido, o populismo funcionaria como uma “ideologia fina” — *thin-centered ideology* — (MUDDE, 2004, p. 544), sem o mesmo grau de sistematicidade de ideologias mais amplas, podendo funcionar em associação tanto com ideários de direita quanto com os de esquerda. Cabe dizer que tal definição de populismo não é a única. Aslanidis (2016) discute abordagens com contornos conceituais distintos, passando do enquadramento do populismo como estratégia política de ascensão ao poder, de Weyland, ao populismo como forma de discurso atrelada a uma lógica social, de Laclau — que apresenta um enfoque das consequências do fenômeno para a democracia diferente da perspectiva defendida por este artigo.

de um lado, as instituições desenham as alternativas disponíveis aos jogadores; de outro, não são capazes de resistir, isoladamente, aos assaltos de líderes democraticamente eleitos (PRZEWORSKI, 2019). Em outra seção, o texto se dedicará a duas questões comportamentais — populismo e polarização — e a um item do novo ambiente social — a internet. Posteriormente, no trato da dimensão atitudinal, a atenção se voltará às massas — o tema da cultura política e o tamanho de sua relevância para a derrocada democrática. A caminho do término, o texto analisará o caráter não linear da crise global, suas reverberações econômicas e percorrerá, brevemente, mecanismos capazes de minorar riscos à democracia, traçando um balanço do atual cenário, sem pretensões definitivas.

2. Molduras, normas e comedimento: instituições e elites políticas

“A democracia funciona quando a estrutura de instituições políticas absorve e regula os conflitos surgidos na sociedade” (PRZEWORSKI, 2019, p. 171). Apesar de ilusões populistas que tentam circunscrever as vontades sociais aos ditames de uma entidade única — o povo — (MUDDE, 2004), sociedades contemporâneas se notabilizam pela existência simultânea de interesses que passam longe de um denominador comum, à beira do antagonismo (PRZEWORSKI, 2019). O processamento pacífico de tais divisões requer aparatos institucionais e normativos capazes de conjugar os verbos trazidos por Przeworski (2019): absorver e regular. A consolidação democrática, patamar em que a democracia se torna a única alternativa disponível, exige certo grau de permanência da capacidade de processamento, demandando a rotinização de dinâmicas de disputa dentro de um quadro regulatório estável (LINZ; STEPAN, 1996).

Instituições determinam o cenário de possibilidades e limites ao alcance dos agentes políticos, mas não têm força inerente para resguardar a democracia das investidas autoritárias de governantes eleitos (PRZEWORSKI, 2019). Por meio de um caldo de tradições construído no correr da história, instituições sólidas erguem um edifício de regras apto a desencorajar comportamentos que escapem às expectativas preditas pelo desenho constitucional. Tanto Przeworski (2019) quanto Linz e Stepan

(1996) sinalizam que a obediência aos dispositivos jurídico-institucionais varia de acordo com os custos que atores políticos enfrentarão caso busquem rotas alternativas para assumir o poder. Com instituições consolidadas, o custo de desrespeitar normas aumenta e, por tabela, a classe política tende a ser deferente às molduras que organizam o jogo político, em um ciclo que reforça o peso do respeito institucional. A previsibilidade dos procedimentos e a garantia de que os conflitos serão dirimidos eleitoralmente também estimulam a adesão às instituições vigentes, pois a rotatividade no poder cria nos competidores a expectativa de uma ascensão posterior — que se tornará segura à medida que as instituições funcionem (PRZEWORSKI, 2019).

No entanto, instituições são conduzidas por agentes políticos e podem falhar em oferecer restrições a governantes autoritários quando aparelhadas ou restringidas em suas atribuições por mecanismos juridicamente disponíveis (PRZEWORSKI, 2019). Levitsky e Ziblatt (2018), tratando do contexto norte-americano, destacam a importância não apenas de um modelo institucional equilibrado que forneça mecanismos de controle para frear abusos, mas também das regras não escritas do embate democrático. Ao lado da longeva Constituição Americana, elemento fundante do jogo político organizado, *reserva institucional* e *tolerância mútua* proporcionam balizas para que o cenário democrático não se degenere (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Nesse sentido, retoma-se: a despeito de serem determinantes em grande medida, as instituições não afastam o perigo de retrocesso democrático. Impactam, mas também sentem o peso da ação de seus operadores, em dinâmica que comporta graus de influência recíproca.

A inobservância da reserva institucional tem papel de destaque nas análises sobre o retrocesso de regimes contemporâneos. Atrelada ao comedimento, a reserva institucional impõe limites ao uso de prerrogativas que, mesmo constitucionalmente previstas, são capazes de estressar o ambiente democrático (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Apesar de o termo ter sido cunhado em atenção ao contexto norte-americano, a degradação de regimes ao redor do globo é fomentada pela atitude imoderada de governantes eleitos. Incapazes de fechar definitivamente o regime, lideranças optam por minar furtivamente as regras do jogo com o uso de estratégias à primeira vista

compatíveis com o regramento constitucional (PRZEWORSKI, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; LEVITSKY; WAY, 2020; RUNCIMAN, 2018; GINSBURG; HUQ, 2018).

Conforme apontam Ginsburg e Huq (2018), a democracia sucumbe hoje de maneira discreta e gradual, por meio de procedimentos camuflados em legalidade abstrata, mas propensos a ferir o corpo democrático. As ditaduras iniciadas pelo desfile de tanques, comuns na época de análise de Linz e Stepan (1996), deram lugar a subversões camufladas. O número de países que assiste à autofagia de seus respectivos regimes é crescente. A Hungria, do Fidesz; a Polônia, do Partido Lei e Justiça; a Turquia, do Justiça e Desenvolvimento; e a Venezuela chavista são exemplos de democracias que retrocederam sob as mãos de governantes eleitos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; PRZEWORSKI, 2019). Com um receituário de ações que englobam alterações da composição de cortes constitucionais, modificações em regras eleitorais, cerceamentos à atuação de opositores e expurgos na burocracia pública sob justificativas contestáveis, tais países aparecem como modelos de um ponto em que o retorno ao nível de democracia anterior parece improvável (PRZEWORSKI, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). De forma preocupante, o crescimento de lideranças refratárias à institucionalidade democrática tem causas emergentes — ou, no mínimo, acentuadas pelo cenário contemporâneo. No próximo tópico, o artigo se dedicará a três delas.

Populismo, polarização e era digital: comportamentos e arenas de comunicação

Dos regimes que simbolizam o eixo de retrocesso, boa parte tem traço comum: a ascensão de populistas ao poder. Nos discursos de lideranças que cultuam a primazia da vontade popular pura em detrimento de governantes supostamente corruptos, esconde-se a rejeição às mediações e ao pluralismo — pilares dos ditames liberais (MUDDE, 2004). Nesse sentido, Przeworski (2019, p. 116) argumenta que “embora os partidos populistas não sejam antidemocráticos, são anti-institucionais por rejeitarem o modelo tradicional de democracia representativa”. Os vetos às mediações e aos contrapesos encampados pela democracia liberal já sinalizariam o perigo trazido pelo populismo, mas o problemático conceito de povo acrescenta camadas de tensão. Mény

e Surel (2002) alertam para a possibilidade de que o critério de escolha de quem pertence ao povo assuma marcadores étnicos ou nacionalistas, implicando conteúdos discursivos e práticos afeitos à xenofobia e distantes do respeito político.

Num contexto em que sistemas partidários se enfraquecem (PRZEWORSKI, 2019), o campo para a ascensão de populistas pode se tornar fértil. Conforme Kaltwasser e Meléndez (2017), enquanto a identificação com os partidos consolidados dificulta o crescimento da demanda por populistas, o antipartidarismo, quando gera atitudes de repúdio ao *establishment*, propicia matéria para o fortalecimento de tais atores. Além das agruras das siglas, as crises econômicas também figuram como catalisadoras de partidos populistas, seja quando atribuídas à inépcia governamental (HAWKINS; KALTWASSER; ANDREADIS, 2020), seja quando decorrentes do fluxo mundial dos mercados, ensejando ressentimentos nos perdedores da globalização (SPRUYT; KEPPENS; VAN DROOGENBROECK, 2016).

Se os atores políticos se movem pelos custos e benefícios de suas ações, uma maneira de proteger as instituições da democracia liberal é punindo, eleitoralmente, governantes que lhes trazem riscos (PRZEWORSKI, 2019). Dessa forma, o perigo populista, para além do potencialmente excludente conceito de povo (MÉNY; SUREL, 2002), reside em uma dupla perspectiva: se líderes populistas professam credo político estranho à mediação institucional, uma vez no poder, poderão colocar em prática o esvaziamento dos freios constitucionais; caso optem por esse caminho, não necessariamente serão responsabilizados em eleições, pois, se chegaram ao governo pelas urnas, contam, em alguma medida, com respaldo popular para prosseguir. As vitórias de populistas contrários às instituições mediadoras também podem decorrer de descontentamentos conjunturais. No poder, ações concretas talvez sejam rejeitadas pela população. Ainda assim, o perigo permanece. Quando em posições de mando, populistas aumentam seu potencial de impacto, restando como alternativa mais segura de preservação democrática o bloqueio ao êxito de tais figuras (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), conforme será abordado no tópico 3.0.

Ao lado do populismo, a polarização também aparece como elemento de desestabilização democrática (SVOLIK, 2018). Expressão que recebe variadas definições, a polarização, de acordo com Fiorina, diz respeito ao movimento dos eleitores para as

extremidades do espectro político, com o consequente esvaziamento do centro (ABRAMOVITZ; FIORINA, 2013). Embora o conceito de Fiorina imponha cuidados ao uso disseminado do termo, muitas vezes desatento à presença ou não do centro político, é importante notar que a polarização ocorre em escalas, com variações em sociedades mais e menos polarizadas, retratando posições políticas antagônicas entre grupos sociais (CAMPBELL, 2016).

Apesar de alguns estudiosos descreverem consequências positivas da polarização, como sinais mais nítidos ao eleitorado sobre a ideologia dos partidos e índices ampliados de voto ideológico (SINGER, 2016; LEVENDUSKY, 2010), a polarização traz implicações para a estabilidade do sistema. De acordo com Svulik (2018), em contextos polarizados, eleitores preferem escolher candidatos autoritários que comungam do mesmo campo político a um opositor de inclinações democráticas, o que pode fazer com que o sistema institucional pague preço elevado pelo acirramento das divisões. Além disso, Przeworski (2019) adverte, em linha com Svulik (2018), que a democracia se mantém estável quando seus resultados não são por demais impactantes — se um grupo percebe que sua derrota lhe trará problemas significativos, tende a não aceitar os resultados de maneira republicana. Em contextos de polarização afetiva, como a crescente animosidade entre republicanos e democratas nos EUA, a tolerância mútua entre os atores — outra regra não escrita da estabilidade institucional apontada por Levitsky e Ziblatt (2018) — tende a fragilizar-se, dando margem a disputas autofágicas.

Paralelamente à consideração de interesses partidários em detrimento da democracia, a polarização também acarreta desafios internos às instituições. Abramovitz e Fiorina (2013), embora discordem a respeito da presença de polarização na sociedade americana, concordam sobre a existência de polarização entre as elites políticas, circunstância que implica dinâmica de impasses, com travas sucessivas e quase intransponíveis às propostas de partidos adversários. Com a governança paralisada, os resultados entregues pela democracia, fundamentais para que ela seja tida em boa conta pelos governados (PRZEWORSKI, 2019), podem escassear.

Outra complexidade adicional do ambiente polarizado é sua característica circular. Do topo, a polarização escorre para a sociedade por meio de *elite cues*, conforme documentado pela literatura em temas diversos, que vão do aquecimento global (SOL HART; NISBET, 2012; BRULLE; CARMICHAEL, 2017) ao coronavírus (LEVENDUSKY et al., 2020; ALLCOTT et. al, 2020; PAINTER; QIU, 2020), passando pela questão catalã (BARRIO; TERUEL, 2016). Quando transmitida das elites para a sociedade, a polarização pode reiniciar sua roda viciosa e desestabilizadora, aumentando a condescendência dos eleitores com políticos antidemocráticos (SVOLIK, 2018) e maximizando os custos de uma derrota eleitoral para qualquer dos lados, conjunto de resultados que não indica presságios animadores para a institucionalidade democrática (PRZEWORSKI, 2019).

Como se a sedução populista e a polarização acirrada não fossem desafios suficientes para a democracia contemporânea, o século XXI ainda trouxe mudança significativa na comunicação sociopolítica. A massificação do acesso à internet, inicialmente louvada em seu potencial democratizante de permitir maior alcance à voz de muitos, conta hoje com análises ambíguas em relação ao impacto que produz na democracia (FUKUYAMA, 2020; MOUNK, 2019). Não obstante garanta acesso a inúmeras potencialidades em seu ambiente de abundância comunicativa, como a capacidade de fiscalizar governos, a produção de manifestações políticas com custo reduzido (KEANE, 2013; BENKLER; FARIS; ROBERTS, 2018) e a maior facilidade de organização de movimentos contestatórios (DIAMOND, 2010), a internet retirou das mídias tradicionais o monopólio sobre a pauta política e relegou o jornalismo profissional ao papel de apenas mais um núcleo informativo entre tantos — nem sempre confiáveis — disponíveis (MOUNK, 2019; BENNETT; PFETSCH, 2018).

O enfraquecimento da mídia tradicional deu lugar a um sistema comunicativo híbrido, que reparte o ciclo informacional entre o modelo *broadcast* dos meios convencionais e a dinâmica *multicast* das mídias digitais (CHADWICK, 2011). Tal sistema, embora tenha diversificado fluxos comunicativos, convive com bolhas ideológicas, que dificultam debates entre opositores, e com a onipresença de *fake news*, definidas por Lazer et al. (2018, p. 2, tradução nossa) como “informações fabricadas que imitam o conteúdo de notícias na forma, mas não no processo organizacional ou na intenção”.

Conforme apontam Allcott e Gentzkow (2017), um contexto político contaminado por notícias falsas generalizadas sofre distintos prejuízos. Além de ensejar uma percepção equivocada dos assuntos públicos, a desinformação pode solapar mecanismos importantes da democracia, como a seleção do candidato com melhores qualidades e a crença em veículos jornalísticos que tratam as notícias dentro de um processo habitual de checagem (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Os impactos das notícias falsas e das redes digitais reverberam nos dois eixos de retrocessos democráticos discutidos neste tópico: polarização e populismo. Ambientes polarizados fortalecem processos de raciocínio motivado, como o viés de confirmação (TALISSE, 2019). Nessa trilha, a desinformação pode aprofundar disputas políticas e colaborar para uma divisão social em núcleos de realidades paralelas. Na esfera da competitividade eleitoral, por outro lado, as redes abriram caminho para que candidatos sem grandes recursos pudessem fazer campanhas exitosas, implicando ganhos democráticos, como a menor dependência de recursos financeiros, mas também pavimentando estradas para oportunistas (MOUNK, 2019). Como exemplificam Engesser et al. (2017, p. 1110, tradução nossa), “mídias sociais fornecem aos populistas a liberdade para articular incontestadamente sua ideologia e espalhar suas mensagens”, em um cenário que já não conta com as mediações exclusivas do jornalismo tradicional.

Embora seja impossível assinalar um valor *a priori* para a relação entre internet e democracia, ou culpar exclusivamente as redes sociais por divisões e ameaças ao regime liberal (FUKUYAMA, 2020; MOUNK, 2019), reconhece-se que a diminuição do “abismo tecnológico entre os insiders e os outsiders políticos” (MOUNK, 2019, p. 179), com suas potencialidades múltiplas, “no curto prazo — ou seja, pelo resto de nossas vidas —, vai contribuir para um mundo mais caótico” (MOUNK, 2019, p. 183). Nesse *mundo mais caótico*, em que populistas e extremistas ganham força por meio das redes e do confronto com a mídia tradicional (BENNETT; PFETSCH, 2018), é tempo de ver como andam a cultura política e suas possíveis implicações para a governança democrática.

Atitudes, massas e descrença: cultura política

Estudos sobre a importância de uma determinada cultura política para a viabilidade democrática têm longo caminho. Linz e Stepan (1996) argumentam que a consolidação da democracia depende de um apoio majoritário da cidadania. Almond e Verba (1989) buscaram comparar culturas políticas de países e compreender o impacto de cada uma sobre o funcionamento institucional. Para eles, países com estabilidade democrática gozavam de uma cultura mista — com elementos paroquiais, súditos e participativos —, capaz de garantir participação moderada, mas decisiva em momentos cruciais. Nesse sentido, a congruência entre a cultura política e o arranjo institucional selaria a estabilidade (ALMOND; VERBA, 1989). Robert Putnam (2006) também encontrou correlações entre regiões com maior cultura democrática — traduzida em laços associativos, tolerância política e penetração da imprensa — e o desempenho de instituições na Itália. Também considerando o peso da cultura para o funcionamento democrático, Inglehart e Welzel (2009) defenderam que o avanço econômico das sociedades transformaria valores atitudinais, implicando cidadãos mais afeitos a valores pós-materialistas — incompatíveis com regimes não democráticos.

Contemporaneamente, publicações de Yascha Mounk e Robert Stepan Foa reacenderam o debate sobre cultura política. Para os autores, a responsabilidade pela crise democrática não pode ser debitada apenas ao andar de cima do condomínio político e suas relações imprudentes ou predatórias com o tecido institucional. Mounk e Foa (2016; 2017a; 2017b) argumentam, com base em dados do *World Values Survey*, que jovens gerações têm apresentado atitudes tanto de indiferença à democracia quanto de apoio crescente à possibilidade de regimes autoritários, tendência em conflito com o predicado cultural da consolidação democrática proposto por Linz e Stepan (1996). A presença de tais dados, segundo Mounk e Foa (2017a), poderia ajudar a prever eventuais retrocessos democráticos, como nos casos venezuelano e húngaro, nos quais o autoritarismo foi precedido por descrença populacional na democracia.

Apesar de eloquentes, as conclusões de Mounk e Foa (2016, 2017, 2017b) receberam críticas numerosas. Conforme aponta Przeworski (2019, p. 129) sobre o entendimento da democracia pelos eleitores, “várias pesquisas indicam que o público em geral costuma concebê-la em termos de ‘igualdade social e econômica’”, confusão que turva diagnósticos sobre o apreço à democracia em seu sentido mais estritamente

político. Desconsiderando o questionamento sobre a validade metodológica dos dados, Inglehart (2016) e Pippa Norris (2017) também tecem críticas à tese de derrocada atitudinal da democracia. Embora o primeiro reconheça que “o apoio explícito e massivo à democracia esteja se enfraquecendo” (tradução nossa), o panorama apresentado por Mounk e Foa não é tão generalizado. Enquanto os Estados Unidos, de fato, apresentam índices de queda expressivos, o mesmo fenômeno não se verifica em outros países, com alterações positivas ou negativas menores sobre a adesão à democracia (INGLEHART, 2016). No item *apoio a governos militares*, “apenas oito países apresentam variação nesse sentido de 10 pontos percentuais ou mais, e nove países variaram no sentido oposto (embora apenas em dois deles com variação de mais de 10 pontos)” (INGLEHART, 2016, tradução nossa) – estatísticas que, apesar de relevantes, não permitem extrair direção clara, como pretendem Mounk e Foa.

Na mesma direção, mas com observações adicionais, Norris (2017) argumenta que as conclusões de Mounk e Foa derivam de uma seleção enviesada de países. Caso um panorama mais amplo fosse observado, os resultados apresentariam tendências ambíguas. Além disso, as diferenças geracionais em relação ao apoio democrático podem derivar apenas de uma tendência de ciclos de vida, convergindo para níveis mais altos com o envelhecimento dos jovens. A criticidade em relação à democracia, ainda que existente, não pode ser interpretada sem atenção a nuances. Conforme Norris (1999) aponta em outro artigo, a presença de cidadãos críticos pode apresentar um problema para a democracia se o desencanto levar ao distanciamento político. Por outro lado, caso o descontentamento seja canalizado por meios institucionais, as críticas podem funcionar para que o regime se aperfeiçoe e atenda às demandas produtoras do mal-estar social (NORRIS, 1999).

Ainda que houvesse desapareço massivo à democracia, o que está longe do incontroverso, seria necessário um movimento político articulado para que se provocasse dano efetivo (PRZEWORSKI, 2019). Relativizando o poder profético das pesquisas de opinião, Przeworski (2019, p. 130) também aponta que, “apesar de todas as variações no apoio à democracia demonstradas por pesquisas em diferentes países desenvolvidos nos últimos 35 anos, o regime não entrou em colapso em nenhum deles”,

observação que lança dúvida tanto sobre a força preditiva das atitudes sociais quanto sobre a (in)existência de uma crise democrática linear — questão que será objeto do próximo tópico.

3. Crise democrática: raízes econômicas, intensidades diversas e prevenção

V-Dem, DeMax, Democracy Index e Freedom House convergem: a democracia está em queda — em quantidade e em qualidade. Na expressão de Diamond (2015): *recessão democrática*. Contudo, a crise democrática não acontece de modo linear — não afeta igualmente os países ao redor do globo. Os tópicos anteriores mostraram desafios comuns às nações. Polarização, populismo, descrença em relação à democracia, ascensão de novas formas de comunicação e comportamento imprudente das elites são espectros que, em maior ou menor medida, rondam inúmeros regimes. No entanto, países desenvolvidos e com tradição institucional forte ainda não figuram na lista dos autoritarismos competitivos.

Conforme salienta Przeworski (2019), a democracia não tem desabado em países ricos com instituições consolidadas — sinal de força da tese da sustentação econômica de democracias, defendida nos anos 90 pelo próprio Przeworski (1997), em companhia de Cheibub, Alvarez e Limongi. No estudo em que apontaram a Argentina de 1976⁴ como patamar de renda limite para que a democracia perecesse, os autores também destacaram a relação positiva entre instituições, em sua chave parlamentarista, e a estabilidade democrática. A combinação entre riqueza pregressa e instituições consolidadas, entretanto, não garante imunidade contra derivas autoritárias furtivas, como as que são vistas hoje em países que não ostentam instituições fortes nem poderio econômico e que, em muitos casos, já se encontram em estágio de autoritarismo competitivo (LEVITSKY; WAY, 2020). Cientistas políticos têm destacado o peso das crises econômicas na deterioração de indicadores democráticos — mesmo em países considerados desenvolvidos.

⁴ Em recente entrevista para a *Ilustríssima* (ALMEIDA, 2019), da Folha de S. Paulo, Przeworski apontou que a Tailândia de 2014, quando do golpe militar, possuía renda ligeiramente superior à da Argentina de 1976.

De acordo com Przeworski (2019), as raízes do descontentamento repousam sobre questões econômicas estruturais, distantes de soluções que as afastem do cenário contemporâneo. As taxas de crescimento cada vez menores em países desenvolvidos, a desigualdade crescente e a redução de empregos industriais criam um sentimento de que a democracia já não entrega resultados materiais satisfatórios (PRZEWORSKI, 2019). As condições materiais objetivas, contudo, não contam a história integral do desencanto democrático. O cenário de debilidade econômica dispara percepções de inseguranças: novas gerações não vislumbram vidas tão confortáveis quanto as de seus pais (MOUNK, 2019). O desaparecimento de postos tradicionais, fruto do avanço tecnológico, acrescenta outra camada de preocupação — comumente traduzida pelo protecionismo econômico oferecido por parcela importante dos populistas (MOUNK, 2019). Nesse caminho, os sentimentos pessoais de insegurança econômica associam-se às atitudes populistas, que ganham corpo em períodos de crise exacerbada (INGLEHART; NORRIS, 2019). Mais que o apoio direto a lideranças populistas, as crises econômicas insuflam rancores conexos à deterioração democrática, como a repulsa aos imigrantes e o nativismo (INGLEHART; NORRIS, 2019) — em quadro preocupante do qual não escapam nem os países desenvolvidos, ainda resilientes à queda autoritária.

Para ampliar a dificuldade de resolução da crise, as tentativas de gerenciamento do problema por meio de austeridade fiscal implacável, como ilustra a União Europeia pós-crise de 2008, têm gerado instabilidades e descontentamentos diversos, sobretudo nos países mais prejudicados por tais medidas (OFFE, 2013). Em chave semelhante, a lógica de diminuição da presença do Estado na economia também restringe espaços democráticos ao progressivamente reduzir coisas públicas — uma estrutura de serviços estatais, patrimônios materiais e imateriais que estruturam uma ideia de coletivo (HONIG, 2015). As coisas públicas constituem um alicerce do mínimo compartilhável. Com a supressão paulatina desse mínimo, a percepção de um nível de integração necessária para um ambiente democrático pode escassear (HONIG, 2015).

Também atentos ao cenário econômico, Inglehart e Norris (2019) elaboram sobre a ascensão de populistas ao poder — fator de estresses democráticos, conforme visto no tópico anterior. Tributários da Teoria da Modernização, os autores reafirmam a

onda de valores pós-materialistas em sociedades economicamente desenvolvidas. No entanto, a fim de explicar a paradoxal coabitação do aumento de valores pós-materialistas com a eleição ou desempenho competitivo de populistas, Inglehart e Norris (2019) lançam mão da tese de *reação cultural*. Em regra, setores da população mais velhos, menos escolarizados e rurais estariam reagindo à perda de *status* relativo provocada pela ascensão de valores pós-materialistas, estranhos às suas respectivas visões de mundo. Beneficiados pelo costume de participar intensamente das eleições, enquanto jovens pós-materialistas têm comportamento menos sufragista e voltado a outras formas de engajamento, os cidadãos que reagem à mudança cultural conquistam vitórias eleitorais relevantes. Embora haja tendência demográfica de consolidação dos valores pós-materialistas, a crise econômica estrutural⁵, já aventada por Przeworski (2019), e as consequências imprevisíveis de populistas nos governos podem fazer com que as ameaças à democracia não sejam meramente conjunturais, mesmo em países ricos com instituições consolidadas.

Além disso, embora tenham resistido até o momento, as democracias de países ricos, ao lado das instabilidades econômicas descritas acima, enfrentam ameaça nova: a subversão furtiva do regime por governantes eleitos, fenômeno que não conta com horizonte temporal suficiente para informar sobre a possibilidade de êxito no enfrentamento (PRZEWORSKI, 2019). O quadro institucional, conforme observado no tópico 2.1, ainda que bem estabelecido, depende do comprometimento dos atores políticos com regras de comedimento (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Em função desse conjunto de imprevisibilidades trazido pelas dinâmicas político-econômicas contemporâneas, o caminho de preservação mais seguro para regimes liberais, em países desenvolvidos ou não, reside na prevenção. A resolução de problemas econômicos estruturais, raiz das inquietudes apontadas por Przeworski (2019), exigiria um artigo próprio e provavelmente inconclusivo, tamanhas as dificuldades para lidar com a envergadura do tema. No terreno político, Yascha Mounk e Stepan Foa (2017a) propõem um sistema de detecção precoce para a queda de

⁵ De acordo com Inglehart e Welzel (2009) e Inglehart e Norris (2019), crises econômicas podem ampliar a insegurança e trazer de volta preocupações materialistas.

regimes, baseado em índices decrescentes de apoio à democracia. Contudo, ressalvados os questionamentos já apresentados sobre tal métrica, a capacidade preditiva das taxas de apoio à democracia não implica segurança, como aponta Przeworski (2019) acerca da baixa adesão da população chilena a golpes militares pouco antes de setembro de 1973.

Modo mais eficiente de contenção, porém, repousa nos partidos. Se o descontentamento com a democracia exige organização política para prosperar (PRZEWORSKI, 2019), as lideranças partidárias, mesmo que desacreditadas, exercem papel crucial ao barrarem a oferta de candidatos autoritários ou promoverem alianças para impedi-los de chegar ao poder (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Para facilitar a identificação de políticos ameaçadores, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33-34) catalogam características autoritárias: "i) rejeição das regras democráticas do jogo"; "ii) negação da legitimidade dos oponentes políticos"; "iii) tolerância ou encorajamento à violência"; "iv) propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia". Com o diagnóstico em mãos, a responsabilidade institucional tem de prevalecer sobre cálculos imediatistas de conquista do poder na carona de autoritários, sob pena de se arriscar a sanidade do regime.

4. Mais algumas páginas à *biblioteca da ansiedade*: considerações finais

Em uma reportagem de 2018 da *The New Yorker* sobre *O povo contra a democracia*, de Yascha Mounk, David Remnick (2018) cunhou o termo *biblioteca da ansiedade*⁶ para nomear a cascata de obras sobre a crise da democracia liberal. A relevância do tema, explicitada pelos números trazidos no parágrafo inaugural deste artigo, demanda nuances em seu tratamento acadêmico.

Entender o que se trata por democracia é o primeiro passo para tentar decifrar elementos de retrocesso. Com Przeworski (2019), o artigo trabalhou em chave eleitoral,

⁶ No original, "*the library of anxiety*".

mas sem negligenciar questões conexas, como respeito aos direitos civis, instituições independentes e liberdade de imprensa. Diante de um cenário que não apresenta, até o momento, quedas bruscas em democracias consolidadas, o conceito de *autoritarismo competitivo* (LEVITSKY; WAY, 2002; 2020) mostrou-se mais adequado do que o de *democracias liberais* (MOUNK, 2019) para diagnosticar regimes híbridos, que hoje se equilibram entre democracias e ditaduras.

A partir das três dimensões da consolidação democrática propostas por Linz e Stepan (1996), o artigo mapeou desafios constitucionais, comportamentais e atitudinais à democracia contemporânea. A relação entre instituições e o comportamento imprudente das elites políticas, notável por influências recíprocas; a ascensão de populistas; o acirramento de polarizações; a nova lógica comunicativa da internet; os elementos de instabilidade econômica: dos itens analisados, todos, em alguma medida, trazem preocupações à democracia contemporânea.

Nas cercanias da cultura política, divergências persistem. Apesar de alguns achados alertarem para possíveis riscos, o artigo argumenta — à luz de Przeworski (2019), Inglehart (2016) e Norris (2017) — que o quadro geral não permite conclusões assertivas sobre a iminência de um retrocesso democrático generalizado proveniente do campo atitudinal. Se os dados não são animadores, também não são catastróficos.

A caminho do fim, o tópico a respeito do impacto da crise sobre regimes com distintos níveis de consolidação apontou que o retrocesso não é linear. Enquanto regimes de consolidação frágil caminham para *autoritarismos competitivos* ou fechamentos completos, as democracias de países desenvolvidos ainda exibem resiliência. O cenário, porém, não é fixo. As ameaças apresentadas e cenários econômicos adversos podem, sim, demandar a construção de novas estantes para a *biblioteca da ansiedade*.

Referências bibliográficas

ABRAMOVITZ, Alan; FIORINA, Morris. **Polarized or Sorted?** Just What's Wrong With Our Politics, Anyway? *The American Interest*. 2013. Disponível em: <<https://www.the-american-interest.com/2013/03/11/polarized-or-sorted-just-whats-wrong-with-our-politics-anyway/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ALLCOTT, Hunt.; BOXELL, Levi.; CONWAY, Jacob; GENTZKOW, Matthew; THALER, Michael; YANG, David. Polarization and Public Health: Partisan Differences in Social Distancing during the Coronavirus Pandemic. **Journal of Public Economics**, v. 191, 2020. DOI: 10.3386/w26946

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. DOI: 10.1257/jep.31.2.211

ALMEIDA, Marco Rodrigo. **Morte da democracia virou bordão para atrair imprensa, diz autor**. Ilustríssima, Folha de São Paulo. 11 mai. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-da-democracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml>> Acesso em: 10 nov. 2020.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Sage Publications, 1989.

ASLANIDIS, Paris. Is populism an ideology? A refutation and a new perspective. **Political Studies**, v. 64, p. 88-104, 2016. DOI: 10.1111/1467-9248.12224

BARRIO, Astrid; TERUEL, Juan Rodríguez. Reducing the gap between leaders and voters? Elite polarization, outbidding competition, and the rise of secessionism in Catalonia. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 10, p. 1776-1794, 2016. DOI: 10.1080/01419870.2016.1213400

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network Propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BENNETT, Lance; PFETSCH, Barbara. Rethinking Political Communication in a Time of Disrupted Public Spheres. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 243-253, 2018. DOI: 10.1093/joc/jqx017

BRULLE, Robert J.; CARMICHAEL, Jason T. Elite cues, media coverage, and public concern: an integrated path analysis of public opinion on climate change, 2001–2013. **Environmental Politics**, v. 26, n. 2, p. 232-252, 2017. DOI: 10.1080/09644016.2016.1263433

CAMPBELL, James. **Polarized: Making Sense of a Divided America**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

CHADWICK, Andrews. The Political Information Cycle in a Hybrid News System: The British Prime Minister and the "Bullygate" Affair. **International Journal of Press/Politics**, v. 16, n. 1, p. 3–29, 2011. DOI: 10.1177/1940161210384730

CSAKY, Zselyke. **Dropping the democratic facade**. Freedom House, Nations in Transit. 2020. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/nations-transit/2020/dropping-democratic-facade>> Acesso em: 10 nov. 2020.

DIAMOND, Larry. Liberation Technology. **Journal of Democracy**, v. 21, n. 3, p. 69-83, 2010.

DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.

ENGESSER, Sven; ERNST, Nicole; ESSER, Frank; BUCHEL, Florin. Populism and social media: how politicians spread a fragmented ideology. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 8, p. 1109-1126, 2017. DOI: 10.1080/1369118X.2016.1207697

FUKUYAMA, Francis. 30 Years of World Politics: What Has Changed? **Journal of Democracy**, v. 31, n. 1, p. 11-21, 2020.

GINSBURG, Tom; HUQ, Aziz Z. **How to Save a Constitutional Democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

HAWKINS, Kirk A; KALTWASSER, Cristóbal Rovira; ANDREADIS, Ioannis. The activation of populist attitudes. **Government and Opposition**, v. 55, n. 2, p. 283-307, 2020.

HONIG, Bonnie. Public Things: Jonathan Lear's Radical Hope, Lars von Trier's Melancholia, and Democratic Need. **Political Research Quarterly**, v. 68, n. 3, p. 623-636, 2015. DOI: 10.1177/1065912915594464

INGLEHART, Ronald. The Danger of Deconsolidation: How Much Should We Worry? **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 18-23, 2016.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia**. São Paulo: Editora Francis, 2009.

LAZER, David M. J.; BAUM, Matthew; BENKLER, Yochai; BERINSKY, Adam; GREENHILL, Kelly; MENCZER, Filippo; METZGER, Miriam; NYHAN, Brendan; PENNYCOOK, Gordon; ROTHCHILD, David; SCHUDSON, Michael; SLOMAN, Steven; SUSTEIN, Cass; THORSON, Emily; WATTS, Duncan J; ZITTRAIN, Jonathan L. The science of fake news. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018. DOI: 10.1126/science.aao2998

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. The Rise of Competitive Authoritarianism. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 2, 2002.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. The New Competitive Authoritarianism. **Journal of Democracy**, v. 31, n. 1, p. 51-65, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como morrem as democracias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVENDUSKY, Matthew. **Clearer Cues, More Consistent Voters: A Benefit of Elite Polarization**. *Political Behavior*, v. 32, n. 1, Berlim, p. 111-131, 2010. DOI: 10.1007/S11109-009-9094-0

LEVENDUSKY, Matthew. DRUCKMAN, James N.; KLAR, Samala; KRUPNIKOV, Yanna; RYAN, John Barry. How Affective Polarization Shapes Americans' Political Beliefs: A Study of Response to the COVID-19 Pandemic. **Journal of Experimental Political Science**, Cambridge University Press, p. 1-12, 2020. DOI: 10.1017/XPS.2020.28

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe**. John Hopkins University Press. 1996.

KALTWASSER, Cristobal R.; MELÉNDEZ, Carlos. **Political identities: The missing link in the study of populism**. *Party Politics*, v. 25, n. 4, p. 1-14, 2017. DOI: 10.1177/1354068817741287

KEANE, John. **Democracy and Media Decadence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MÉNY, Yves; SUREL, Yves. The constitutive ambiguity of populism. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (org.). **Democracies and the Populist Challenge**. Macmillan, 2002. p. 1-23

MCCOY, J.; RAHMAN, T.; SOMER, M. Polarization and the global crisis of democracy: Common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic politics. **American Behavioral Scientist**, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018. DOI: 10.1177/0002764218759576

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOUNK, Yascha; FOA, Roberto Stefan. A desconexão democrática. **Journal of Democracy em português**, v. 5, n. 2, 2016.

MOUNK, Yascha; FOA, Roberto Stefan. Os sinais de desconexão. **Journal of Democracy em português**, v. 6, n. 1, 2017a.

MOUNK, Yascha; FOA, Roberto Stefan. The End of the Consolidation Paradigm: a Response to Our Critics. **Journal of Democracy Web Exchange**, 2017b.

MUDEDE, Cas. The populist zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004. DOI: 10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x

NORRIS, Pippa. Is Western Democracy Backsliding? Diagnosing the Risks. **Faculty Research Working Paper Series, Harvard Kennedy School**, 2017.

NORRIS, Pippa. **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

OFFE, Claus. Europe Entrapped. Does the EU have the political capacity to overcome its current crisis? **European Law Journal**, v. 19, n. 5, p. 595-611, 2013. DOI: 10.1007/978-3-658-22267-3_14

PAINTER, Marcus; QIU, Tian. Political Beliefs affect Compliance with COVID-19 Social Distancing Orders. **Working in progress**, 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 40-41, São Paulo, P. 113-135, 1997. DOI: 10.1590/S0102-64451997000200006

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

REMNICK, David. **Donald Trump and the stress test of liberal democracy**. The New Yorker. 11. Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2018/03/19/donald-trump-and-the-stress-test-of-liberal-democracy>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REPUCCI, Sarah; SLIPOWITZ, Amy. **Democracy under lockdown**. Freedom House, Special Report 2020. 2020. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/special-report/2020/democracy-under-lockdown>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim?** São Paulo: Todavia, 2018.

SINGER, M. Elite Polarization and the Electoral Impact of Left-Right Placements: Evidence from Latin America, 1995–2009. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 51, n. 2, p. 174-194, 2016.

SOL HART, P.; NISBET, Erik C. Boomerang Effects in Science Communication: How Motivated Reasoning and Identity Cues Amplify Opinion Polarization About Climate Mitigation Policies. **Communication Research**, v. 39, n. 6, p. 701-723, 2012. DOI: 10.1177/0093650211416646

SOUSA PINTO, Angela Estela de. **Mundo vive onda de desdemocratização, afirma estudo**. Folha de S. Paulo. 12 set. 2020. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/mundo-vive-onda-de-desdemocratizacao-afirma-estudo.shtml>>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

SPRUYT, Bram; DROOGENBROECK, Filip Van; KEPPENS, Gil. Who supports populism and what attracts people to it? **Political Research Quarterly**, p. 1-12, 2016. DOI: 10.1177/1065912916639138

SVOLIK, Milan. When Polarization Trumps Civic Virtue: Partisan Conflict and the Subversion of Democracy by Incumbents. Unpublished manuscript, 2018.

TALISSE, Robert B. **Overdoing Democracy: why we must put politics in its place**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

THE ECONOMIST. **Democracy Index 2019**. The Economist. Disponível em: <<https://www.eiu.com/topic/democracy-index>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

V-DEM. **Autocratization surges - Resistance Grows: democracy report**. V-DEM institute. 2020. Disponível em: <https://www.v-dem.net/media/filer_public/de/39/de39af54-0bc5-4421-89ae-fb20dcc53dba/democracy_report.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VELOSO, Caetano. **Fora da Ordem**. Disco: Circuladô. Gravadora: Phonogram/Philips. 1991.

WALDNER, David; LUST, Ellen. Unwelcome Change: Coming to Terms with Democratic Backsliding. **Annual Review of Political Science**, v. 21, p. 93-113, 2018. DOI: 10.1146/annurev-polisci-050517-114628

Tramitação do artigo na revista
Submetido: 17/02/2021
Revisões requeridas: 27/04/2021
Versão revista: 12/05/2021
Aceito: 14/05/2021